



ATA DA TERCEIRA SESSÃO ORDINARIA

PRESIDENTE: DERCIO PASIN

1º SECRETARIO: JOÃO MENEGATTI

2º SECRETARIO "AD-HOC": MAURY GABRIELLI

2º SECRETARIO: VERQUE JOSÉ GONÇALVES LEME.

Aos treze dias do mes de março, do ano de hum mil, novecentos e setenta e tres, às vinte horas, na Sala das Sessões, realizou-se a Terceira Sessão Ordinária, do Primeiro Ano da Quarta Legislatura, da Câmara Municipal de Caieiras, devidamente convocada. Presentes os senhores: DERCIO PASIN, JOAO MENEGATTI, VERQUE JOSÉ GONÇALVES LEME, PEDRO SERGIO / GRAF NUNES, MAURY GABRIELLI, AFDOQUIA CHAIB FERREIRA NEVES, ANTONIO ROMERO POLLON, SAVERIO AGUSTINELLI, ESTHER PINTO POLKORNY, BENEDICTO LOPES DE CAMPOS e MARIO DELLA TORRE. Havendo quorum, com a presença total dos senhores Edis, o senhor Presidente declara aberta a Sessão. / Primeiramente informa o senhor Presidente que, achando-se vaga a Segunda Secretaria, com a renúncia do senhor Mário Della Torre, procederá à eleição de um novo Secretário, para o que determina à Secretaria distribuir as cédulas. Recolhidas as mesmas, constat-se haver sido eleito, por unanimidade, para a Segunda Secretaria, o senhor Verque José / Gonçalves Leme, que o senhor Presidente declara empossado para o exercício de suas funções. Dispensado o senhor Segundo Secretário "ad-hoc", com os agradecimentos da Presidência. O senhor Presidente ainda informa à Casa ter sido escolhido pela Aliança Renovadora Nacional, para liderar sua Bancada nesta Câmara, o Nobre Vereador Maury Gabrielli. No EXPEDIENTE são apresentados: 1)- OFICIO Nº 188-73, do Prefeito Municipal de Caieiras, solicitando à Presidência da Casa a indicação de cinco Vereadores para integrar^{em} a Comissão de Julgamento da Concorrência / Pública nº 234, relativa à exploração dos serviços de bar, restaurante e afins no Centro Esportivo Municipal. Por indicação dos respectivos / líderes das Bancadas, são apontados os nomes dos senhores: dona Afdo - quia Chaib Ferreira Neves, Dercio Pasin, João Menegatti, Savério Agustinelli e Mário Della Torre. À Secretaria para as devidas providências. 2)- OFICIOS de comunicação de eleição e posse de Mesas Diretoras, dos seguintes municípios: Taboão da Serra, Tapiraí, São Sebastião, Miras - sol, Rio Claro, Diadema, Francisco Morato, Barueri, Maracáí, Pedernei-



Pederneiras, e Estância Hidromineral de Lindoia. À Secretaria para as devidas providências. 3) OFICIO CIRCULAR Nº 1a.DA/GP-2/73, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, anexando formulário para ser / preenchido. À Secretaria para as devidas providências. 4)- REQUERIMENTO S/Nº, de autoria do Nobre Vereador Savério Agustinelli, acompanhado pelos demais Vereadores do M.B.D. solicitando informações ao Prefeito Municipal sobre os veículos do município. O senhor Presidente / solicita aos senhores Vereadores do M.D.B. que procurem colaborar com esta Casa e sua Presidência, apresentando seus requerimentos na forma correta e em ordem. Este, por exemplo, não está dirigido a ninguém. / Requerimento que não passou pela Secretaria, por essa razão não tem / número. Embora não esteja dirigido à Presidência, eu vou considerá-lo como válido, pedindo que nos casos futuros isso não se repita para evitar que seja recusado o seu recebimento. Em discussão o requerimento, pede a palavra o senhor João Menegatti. Nós temos a alertar aos / senhores Vereadores emdebistas que dirigir os requerimentos ao senhor Presidente é uma questão regimental e não simples formalidade. / Em votação, é rejeitado o requerimento por seis votos contra quatro. / À Secretaria para as devidas providências. 5)- INDICAÇÃO do Nobre Vereador Savério Agustinelli, sugerindo ao Prefeito Municipal a remessa a esta Casa de Projeto de Lei criando o Colégio Técnico Municipal. / O senhor Presidente diz que, muito embora a Indicação não dependa de votação, ele se permite comunicar aos Nobres Vereadores do Movimento Democrático Brasileiro percebe-se que está havendo uma certa falta de entrosamento, entre nós. O Nobre Vereador Savério Agustinelli tentou, através de um requerimento recusado por esta Casa, um meio de se instalar um Colégio Técnico em nosso Município. Agora, novamente aparecem os senhores Vereadores, por intermédio de uma Indicação, solicitando a criação de um Colégio Técnico Municipal e muito especificamente idêntico ao Colégio Técnico de Jundiaí. Percebe-se que há qualquer coisa por trás disso e queria lembrar aos Nobres Vereadores que quando aceitamos a nossa indicação como candidato a Vereador, nós devemos fazer uma auto-crítica da nossa capacidade e da nossa personalidade. / Percebe-se e vimos muito bem na legislatura anterior, quando o mesmo / fato ocorria, o Nobre Vereador Assis Crema, agora ausente, numa das Sessões, dirigindo-se aos Vereadores do Movimento Democrático Brasi -



Brasileiro, chamou-os de teleguiados. Eu pretendo não fazer o mesmo / aos senhores Vereadores do MDB, porque conheço a capacidade e personalidade de cada um, mas solicitaria que colaborassem com esta Casa no sentido de haver paz e harmonia em nossas diretrizes. O objetivo do Vereador logicamente é lutar em prol das causas de nosso município. Ocorre que precisamos estar a par e apontar as falhas e os problemas mas também já ter a solução. É lógico e evidente que a instalação de um Colégio Técnico em nosso município viria em muito beneficiar a nossa população, mas precisamos ver quando e como poderemos fazer essa criação. Eu, conhecendo profundamente os problemas da administração, não vejo, / por ora, condições para se tentar partir para a criação de um Colégio / Técnico Municipal. Mesmo tratando-se de fazer convênio com os governos Federal e Estadual, sabemos das dificuldades que enfrentará o município com referência à verba. Razão pela qual eu gostaria que nas futuras indicações e requerimentos os senhores Vereadores trouxessem o problema mas também apontassem a solução, ajudando-nos dessa maneira. Levantar os problemas é muito fácil. Basta dar um giro pelos nossos bairros e veremos quantos problemas existem, mas precisamos ajudar o Chefe do Executivo, trazendo também a solução para o caso. A criação do Colégio Técnico Municipal é uma coisa que se faz necessária mas no momento, creio eu, nosso município não tem a mínima condição para isso. / À Secretaria para as devidas providências. 6)- PROJETO DE LEI Nº 863/-73, de autoria do Prefeito Municipal, dispondo sobre nova redação ao artigo 1º da Lei nº 803, de 9/3/1973, com a inclusão de dois parágrafos. Consultada a Casa, é considerado objeto de deliberação. Às Comissões de Justiça e de Finanças. 7)- PROJETO DE LEI Nº 862/73, de autoria do Prefeito Municipal, dispondo sobre nova redação ao § 2º, do artigo 1), e artigo 2º, da Lei nº 742/71. Consultada a Casa, é considerado objeto de deliberação. Às Comissões de Justiça e de Finanças. 8)- PROJETO DE LEI Nº 864/73, de autoria do Prefeito Municipal, dando nova redação ao artigo 85, da Lei nº 678, de 12/11/1970. Consultada a Casa, é considerado objeto de deliberação. Às Comissões de Justiça e de Finanças. 9)- PROJETO DE LEI Nº 865/73, de autoria do Prefeito Municipal, / dispondo sobre abertura de crédito especial no valor de Cr.\$127.502,56 (cento e vinte e sete mil, quinhentos e dois cruzeiros e cinquenta e seis centavos). Consultada a Casa, é considerado objeto de deliberação.



As Comissões de Justiça e de Finanças. Nada mais havendo a tratar no Expediente, o senhor Presidente passa a palavra ao Vereador que dela queira fazer uso. Com a palavra o senhor João Menegatti. Senhor Presidente, senhores Vereadores: Apenas para conhecimento da Casa, é com muito orgulho que chega ao conhecimento público que um Grupo financeiro do Estado do Paraná concluiu um dos maiores hotéis do litoral/sul paranaense, dando-lhe o nome de Caieiras Hotel. Isso para nós é lisonjeiro e motivo de muito orgulho, pois podemos notar que Caieiras está sendo propalada em outros Estados. Deveria eu hoje fazer / uma menção honrosa a esse Grupo financeiro, mas não o faço pois no momento não tenho o nome exato do Grupo. Era o que tinha a dizer. / Com a palavra o senhor Maury Gabrielli. Senhor Presidente, senhores/ Vereadores: Após a eleição do novo Segundo Secretário, quero dizer da surpresa que me deixou perplexo e um tanto desorientado. Tal fato dá-se pelo motivo de ter assistido, nas reuniões interpartidárias, / não oficiais, aquelas que se fazem na Secretaria antes do início dos trabalhos, o uso constante por ambas as partes da palavra colaboração. Vi hoje de início requerimentos, tanto da situação como dos ilustres opositores, serem aprovados sem discussão. Pensei^{eu} que tudo indicava o sentido lógico de um trabalho em conjunto, enfocando as soluções para os problemas de ordem geral, dos quais se ressentia o município. Mas, com a renúncia à Segunda Secretaria, cargo que o Nobre Colega Mário assumiu contando com o voto de todos os Vereadores/ da situação, que, atendendo um preceito legal de proporcionalidade / para preenchimento dos cargos para a formação da Mesa, mas conscientes que também poderíamos contar com sua presença dinâmica na Segunda Secretaria, ver-se-ia reforçada a composição da Mesa, dadas as qualidades intelectuais e morais do Nobre Colega. Quando na última / Sessão Extraordinária ouvimos a leitura de seu pedido de desistência, após profícuos trabalhos até aquela data, uma dúvida veio a fazer-me pensar sobre qual teria sido a orientação que o levou a tomar tal atitude. Foi lamentável para mim o que ocorreu, mas, ao mesmo tempo / também me deixa livre e desobrigado quando algo for objeto da propalada colaboração. Quero dizer que, daqui para a frente, quando eu assumir posição antagônica aos seus pensamentos ou ações, estarei agindo de acordo com a minha personalidade e consciência, procedimento / este que estará dentro das regras traçadas por Vossas Excelências, /



quando certamente apoiaram para que esta renúncia fosse consumada, fazendo com que o Nobre Colega Mário desistisse logo de fazer parte integrante da Mesa, demonstrando destarte o intuito de desprestigiar o honroso cargo. Digo ainda que as expressões que usei nesta alocução / são de minha responsabilidade, não tendo tido qualquer adesão ou vinculação anterior dos Nobres Colegas de Bancada, que também estão tomando conhecimento da minha fala neste momento. Quero ainda me congratular com o senhor Verque José Gonçalves Leme pela sua eleição para a Segunda Secretaria desta Casa. Muito obrigado. O senhor Presidente, / referindo-se às palavras do Nobre Vereador Maury Gabrielli, diz sentir-se profundamente chocado com os últimos acontecimentos nos trabalhos desta Casa. Esta indicação assinada pela Bancada do Movimento Democrático Brasileiro para mim nada mais é do que uma gozação de nossos adversários políticos. Outro fato que me deixou um tanto quanto chocado foi que em visita a colegas e amigos particulares deste Presidente eu vim saber que dona Esther, quando a serviço da Câmara, e havendo / solicitado a perua para fazer uma sindicância a serviço desta Casa, / num dos locais que visitava, disse que aquilo era um serviço feito pelo partido do senhor Gino Dártora. Isso me causa um grande choque, eis que eu cedi a condução na máxima da boa vontade para que dona Esther / tratasse de assunto desta Casa. Para fazer política em nome do Movimento Democrático Brasileiro eu jamais cederei a perua, razão pela / qual eu suspendo até segunda ordem a cessão do veículo, até quando ambiente nesta casa volte a reinar a paz novamente. Eu fico profundamente magoado pois pessoa amigo íntimo meu, de confiança, presenciou / e ouviu e me deixou choado. Se o senhor Gino Dártora quer fazer campanha política ou preparar o terreno, ele que então ceda a sua condução para que seus correlegionários façam essa campanha. Com a condução desta Casa, jamais. Nem para os senhores e nem para os membros / da Bancada da Arena. A condução sairá a serviço, muito exclusivamente desta Casa. Para tratar de assuntos particulares, principalmente questão partidária, a condução fica suspensa até segunda ordem. Com a palavra dona Esther Pinto Polkorny diz que seu único interesse ao fazer a sindicância foi de trabalhar em favor daqueles pobres trabalhadores que são explorados nas olarias, enquanto os seus patrões têm quatro / ou cinco carros e os empregados nem comida suficiente têm para si e



para seus filhos. Uma senhora viuva que nem leite tem para suas crianças pequenas trabalha na olaria desde as cinco horas da manhã. Um velho de setenta e cinco anos nem força tem para bater os tijolos. Os operários, nos fornos de caulim, trabalham sem a mínima proteção. Neêse setor é que deveria ser feita a promoção social. Eu não citei o nome / de Gino e nem de ninguém. Eu acho que todos os Vereadores, todos nós a qui deveríamos acabar com essa exploração, isso sim. Nem a reunião política eu fui à casa do senhor Gino. Ninguém pode dizer que me viu indo a uma reunião, pois eu não fiz política, e não faço, porque não tinha dinheiro para gastar. Essa pessoa que lhe falou, senhor Presidente, está mentindo, porque eu não citei o nome do senhor Gino. Eu sou o que sou, não preciso citar o nome do senhor Gino. Agora o que julgam que / eu sou, a mim não interessa. Com a palavra o senhor Presidente diz que a pessoa que fez a declaração se propôs a vir aqui assim que esta Presidência solicitasse. Numa de minhas visitas, quero dizer que não fui a propósito, recebi essa informação, que eu sinceramente jamais esperava. Procurarei numa próxima reunião trazer a pessoa para que confirme / sua informação. Com a palavra dona Esther que o senhor Presidente deve mesmo trazer essa pessoa para provar o que disse. O meu propósito, diz ela, é ajudar os trabalhadores de olarias pois há vinte e ~~tres~~ três anos / que venho observando o seu sofrimento, não é de agora. Os verdadeiros / indigentes são os que lá trabalham e para eles é que se precisa fazer / promoção social pois na cidade não existem indigentes. Todos os Vereadores aqui presentes deveriam tomar parte nesse trabalho e levar ao co nhecimento das autoridades competentes o mais depressa possível. Com a palavra, o senhor Presidente lembra à Nobre Vereadora que esse não é um problema específico somente de Caieiras, mas é um problema social, / pois o próprio pessoal que trabalha nas olarias é instável. Ganham aquela ninharia semanalmente, uma semana estão numa olaria e noutra semana já estão em outra. O próprio dono da olaria não tem condições de dar amparo a essas pessoas, pois mal acaba de fazer o seu registro já es tão se deslocando para outra olaria. Esse é um problema social, não só de nosso município, como o próprio governo está procurando um meio de solucionar essa questão. É de fato um problema gravíssimo. Com a pala vra, dona Esther diz que há famílias que trabalham há anos para os donos da olaria, e uma dessas famílias trabalham em seis pessoas para re ceber quatrocentos cruzeiros por mês. E ainda o que ganham fica em



descontos de fornecimento de mantimentos feito pelo patrão. Não entrei aqui para fazer média política, diz dona Esther, mas para ajudar essas pessoas que precisam e que são um problema social. O senhor Presidente informa à Nobre Vereadora que, sendo um problema social, que envolve a previdência, desde que haja irregularidade qualquer munícipe pode fazer a denúncia, não precisa partir de um Vereador. A responsabilidade da denúncia recairá sobre o autor ~~dela~~. Ainda com a palavra dona Esther diz que quer deixar bem claro que nunca precisou do nome do senhor Gino Dartora para fazer campanha política, e se / por acaso mencionou o seu nome isso nada tem de mais, pois ele é um ser humano como outro qualquer. Retruca o senhor Presidente que realmente ele é um ser humano, mas que faça campanha política com o seu veículo, não com o da Câmara. Dona Esther continua afirmando que não usou o nome do senhor Gino. O senhor Presidente diz que recebeu uma denúncia, de pessoa de sua confiança e logicamente tinha que tomar / uma providência. Com a palavra o senhor Antonio Romero Pollon. Senhor Presidente, por incrível que pareça esse assunto de empregados de olaria, eu me admiro que, como acaba de declarar a Nobre Vereadora, há pessoas que trabalham há anos nas olarias sem registro. Essas pessoas não sabem que há ^{anos} quarenta ~~existem~~ as leis trabalhistas. Porque / não reclamam os seus direitos? Intervem o senhor Presidente e declara que em nossa Comarca existe o Fórum onde o senhor Promotor recebe as denúncias e dá assistência gratuita através de advogado nomeado / pelo senhor Juiz, justamente para atender os menos protegidos. Então, afinal de contas, que esses prejudicados se dirijam ao Fórum para apresentar sua justa reclamação. Com a palavra o senhor João Menegatti, lembra à nobre Vereadora, dona Esther, que todos os Vereadores / se elegeram com o propósito de trabalhar ^{pelo} bem comum de todos os caieirenses. Assim sendo, o Nobre Presidente deixou em dúvida quanto à olaria do Sítio da Vovó, se pertence a Caieiras ou não. Eu posso afirmar, convicto, que lá é município de São Paulo. Eu acho um tanto errado que um Vereador de nosso município queira investigar problema / de um município vizinho. Desde que a olaria se localiza naquele município, o problema é todo dele. Porque nós vamos comprar briga de outro município. São Paulo tem quinhentos mil indigentes, porque deve / Caieiras, pequena como é, resolver o problema desses indigentes. --



Acho até ridículo um Vereador entrar em uma área que não é de sua competência. Pede a palavra dona Afdoquia Chaib Ferreira Neves para acrescentar que, de fato, o Sítio da Vovó pertence ao município de São Paulo e que a olaria nele instalada está arrendada a terceiros, não estando em mãos do Dr. Milton. Quanto ao fato de os trabalhadores daquele / local virem socorrer-se da assistência social e médica de Caieiras, é fato muito comum, pois até de Franco da Rocha os indigentes ^{já} acorrem para Caieiras. Também nós, caieirenses, recorremos muitas vezes a Franco da Rocha. Com a palavra dona Esther afirma que não está debatendo se pertence a este ou àquele município, o que quer é que esses trabalhadores sejam registrados para não morrerem de fome ou de falta de recursos quando adoecem. O senhor Presidente esclarece que se trata única e exclusivamente de problema da justiça do trabalho, que deve ser levado a quem de direito, no nosso caso ao Forum da Comarca em Franco da Rocha. Passo lá diariamente e vejo sempre uma fila de pessoas que procuram beneficiar-se da assistência judicial e vê-se que na maioria são indigentes. É lógico e evidente que essas pessoas também deveriam ser instruídas para que procurem os seus direitos. Em aparte, diz dona Esther que nenhuma dessas pessoas vai procurar os seus direitos, é preciso que o governo tome as providências. São seres humanos que precisam de ajuda. Diz o senhor Presidente que ninguém está discutindo a condição dessas pessoas, pois conhece bem a situação. Passam pela minha mão os relatórios de nossa Assistente Social e por eles se vê que a Prefeitura tem atendido diariamente de oito a dez pessoas, com alí-mentos, medicamentos e outros, sempre dentro de suas possibilidades. A Prefeitura tem feito o que é possível. Mas eu tenho percebido também / que essas pessoas quando recebem o benefício se acomodam e assim continuam constantemente batendo às portas da Prefeitura em busca de auxílio. Quanto ao caso da previdência social é outro problema. O caso da senhora, por exemplo, se a senhora quizer encaminhar o indivíduo para que ele procure os seus direitos, eu concordo plenamente. No caso de Vossa Excelência eu daria, assim, uma opinião. Que essas pessoas fossem, por seu intermédio, conduzidos aos meios legais. Com a palavra o senhor João Menegatti. Quero lembrar à Nobre Vereadora que esse problema não atinge somente os trabalhadores de olarias. Haja visto que Vossa Excelência, na sessão anterior, afirmou que um seu parente procurou



o Hospital e não tinha quinze cruzeiros para pagar a consulta, e que Vossa Excelência iria pagar através de desconto em seu pagamento. Agora eu pergunto a Vossa Excelência: são só os oleiros que têm esse problema ou esse parente da senhora não é previdenciário? Não contribue ele para o INPS? Em aparte, dona Esther declara que realmente não paga o Instituto, essa pessoa, pois a fábrica em que trabalha, aqui dentro da cidade, só promete mas não a registra legalmente. Já tratei deste assunto nesta Casa. Diz o senhor Presidente que está / claro e evidente que não se trata de um problema da Câmara Municipal. Mas trata-se de um problema típico para cuja solução existem os caminhos e meios legais. Queremos deixar bem claro que ninguém é contra o ato de Vossa Excelência, que é uma atitude louvável. Por essa razão eu solicitaria à senhora que continuasse a trabalhar no caso e de posse de todos os dados tratasse do assunto particularmente. Cada setor de administração pública deve tratar e cuidar de suas atribuições. Assim como a Prefeitura não interfere na fiscalização do I.P.I. ou do I.C.M., problemas respectivos do Governo Federal e do Governo Estadual, também a Câmara tem a sua esfera de ação. É lógico que, se a senhora comparecer como Vereadora de Caieiras no Forum de Franco / da Rocha, para tratar de assunto particular, terá um recebimento todo especial do senhor Juiz ou do senhor Promotor. É um caso a tratar particularmente. Nesta casa devemos tratar dos assuntos que dizem / respeito mais diretamente à administração. Com a palavra o senhor Pedro Sérgio Graf Nunes. Gostaria, em primeiro lugar, de parabenizar o Nobre Colega Verque pela sua eleição ao honroso cargo de segundo secretário dessa Mesa. Em seguida, quanto ao debate de hoje, gostaria / de expor o meu pensamento, dizendo que a Bancada do MDB, ao invés de estar fazendo requerimentos e indicações visando obter dados da Prefeitura, para atender talvez aos anseios de outras pessoas, como por exemplo o requerimento de hoje perguntando se há necessidade de novos veículos na Prefeitura, que tratasse de assuntos mais graves e do interesse de todos nós. Qual o interesse em sabermos se a Prefeitura necessita de novos veículos? Quanto ao problema dos oleiros, / especialmente os Vereadores que militam nesta Casa há mais tempo, o que devem fazer é trabalhar por essas pessoas, orientando-as. Gosta-



Gostaria de dizer também que tudo que está sendo dito aqui, está sendo gravado e deverá constar de Ata. Então, tudo que é dito aqui deve ser a verdade. A Nobre Colega, dona Esther, disse que nunca usou de política. Quem assistiu ao comício feito pelo Movimento Democrático/ Brasileiro viu muito bem que a Nobre vereadora, no caminhão que estava na praça da igreja, emitia as palavras que outra pessoa falava atrás dela. Então não pode aqui nesta Casa e dizer que não fez política e que não gosta de política. Interrompendo, dona Esther diz que aquilo foi um desabafo. Diz o senhor Pedro que a gente não pode desabafar tudo que vem na mente, sabendo que está sendo gravado. Nós começamos tentando a união de todos, mas infelizmente se se começa a expor problemas pessoais e se um ataca ao outro pessoalmente, então / deixamos de ser uma Câmara de Vereadores cuja função é a de representar o povo. Se a gente vem aqui para procurar prejudicar um colega / ou ver problemas que vão atacar indiretamente pessoas desta Casa ou seus familiares, então não somos Vereadores que estamos representando os interesses do povo. Era o que tinha a dizer. O senhor Presidente elogia as palavras do Nobre Vereador Pedro, simples e objetivas, vindo ao encontro daquilo que talvez não foi possível transmitir. / Simples e objetivo, ele acabou, em poucas palavras, dizendo aquilo / que quizemos dizer há poucos minutos atrás. Com a palavra o senhor / Savério Agustinelli congratula-se, primeiramente com o senhor Verque José Gonçalves Leme pela sua eleição ao cargo de Segundo Secretário. A seguir dirige-se ao senhor Presidente a quem diz que deve ter havido algum mal entendido, pois sua indicação ao senhor Prefeito a / respeito do nosso Colégio Técnico não teve qualquer intenção de gozação, muito menos de desrespeito à Presidência. O senhor Presidente / diz ao senhor Savério que ninguém melhor do que ele, como Vereador / re-eleito, conhece das direções da administração municipal, constantes do P.D.D.I., aprovado em 1972, que recebeu também a aprovação de Vossa Excelência. Na última Sessão, tanto eu como o Nobre Vereador / João Menegatti fomos claros em dizer que já era objetivo da administração instalar uma escola industrial, mas formando técnicos na fabricação de papel, eis que na América do Sul, segundo nos consta, / ainda não existe similar. Colégios Técnicos, como Vossa Excelência / deve ter bom conhecimento, existem inúmero. Logicamente seria um /



grande motivo de orgulho pois contaríamos com o apoio e a colaboração das maiores indústrias de papel do nosso País. No dia da posse, como bem frisou o Nobre Vereador João Menegatti, o atual Prefeito mostrou/colocar, quase em meta prioritária, a execução dessa obra. Então, na rejeição do requerimento do Nobre Colega, nós fizemos menção de todos esses itens. Hoje, por intermédio de uma indicação, a qual não é objeto de votação, Vossa Excelência volta à carga, como se não tivesse tomado conhecimento dos nossos esclarecimentos. Isso que nos causa assim uma certa revolta, se estivesse em forma de requerimento nos seríamos obrigados a rejeitar novamente porque principalmente Vossa Excelência tem profundo conhecimento de causa. O PDDI foi aprovado, Vossa Excelência o estudou e hoje volta novamente pedindo a instalação do Colégio Técnico. Eu pediria aos senhores Vereadores que estudassem o nosso PDDI, a Lei Orgânica, o Manual dos Vereadores, para que nas suas indicações e requerimentos procurassem fazer as coisas como o exige a lei. No caso de hoje, eu interpreto aqui como uma gozação da Bancada do MDB, porque nós fomos de uma clareza a toda prova, principalmente o Nobre Vereador João Menegatti que citei as palavras pronunciadas pelo Prefeito no ato de sua posse, ou seja, da instalação de um Colégio para formação de técnicos na preparação de papel, ou melhor, na fabricação de papel. Com a palavra o senhor Verque José Gonçalves Leme. Senhor Presidente: Eu quero agradecer, de todo o coração, a confiança dos Nobres Colegas em me escolherem para o cargo de Segundo Secretário. Devo dizer que tudo farei para cooperar para o bom andamento dos trabalhos desta Casa, desempenhando o cargo com fidelidade. E quanto ao problema de dona Esther, apenas uma palavrinha de congratulação: é um trabalho nobre que ela está fazendo. Mas eu queria pedir à Nobre Vereadora que tenha um pouco de paciência e calma. Um nosso conhecido, e de muitos dos senhores também, só depois de dez anos é que resolveu registrar os seus empregados. E quanto às visitas que ela começou a fazer, que ela continue fazendo, conversando com os donos das olarias. Tenho certeza de que devagarinho eles vão chegar ao ponto / que nós desejamos, porque a lei já existe. Todo empregador é obrigado a registrar seus empregados. Eu acho que com um pouquinho de calma e de paciência a Nobre Vereadora vai conseguir isso que ela tanto preten



de, que é uma atitude muito louvável. Apenas o caso que citei, é para dizer à Nobre Vereadora, que há muitos anos lutamos com isso, o caso daqueles pobres daquele local, que a Nobre Vereadora conhece tão bem. Portanto, peço à Nobre Colega que tenha um pouco de calma, pois vai atingir o seu objetivo. A título de esclarecimento, o senhor Presidente relata o caso de um morador do Bairro do Serpa, Vila Miraval, que tendo uma questão de terreno com um terceiro, procurou a Prefeitura / para solucionar o assunto. Não sendo da alçada do Poder Público a questão, diz o senhor Presidente, procurei pessoal e particularmente ajudar o munícipe na solução do seu problema. Com a palavra o senhor Savério Agustinelli indaga do senhor Presidente se tem conhecimento de uma obra que foi embargada, construída em ^{meu} lote, no Serpa. Informa o senhor Presidente que desconhece o caso. Diz, logicamente as construções são embargadas quando o seu processo legal não está perfeito, se a obra é clandestina ou não obedece às determinações do CREA. Há uma série de fatores que podem determinar o embargo e se foi embargada a construção é porque algum motivo legal houve. Com a palavra o senhor / Savério apresenta a questão solicitando informações sobre cadastramento de lotes com cento e cinquenta metros quadrados. Fazendo diversas / considerações, o senhor Presidente informa que a Prefeitura não cadastra lotes com menos de duzentos e cinquenta metros quadrados, com exceção de loteamentos já anteriormente aprovados. Ninguém mais desejando fazer uso da palavra e nada mais havendo a ser tratado, o senhor / Presidente, atendendo à solicitação contida no ofício nº 190-73, desta data, do Prefeito Municipal, convoca uma SESSÃO EXTRAORDINARIA para às vinte horas do dia vinte de março corrente, terça-feira, para apreciação na Ordem do Dia, do Projeto de Lei nº 865/73, que dispõe sobre abertura de crédito especial no valor de Cr.\$127.502,56 (cento e vinte e sete mil, quinhentos e dois cruzeiros e cinquenta e seis centavos). Solicita aos senhores Presidentes das Comissões de Justiça e de Finanças que, por obséquio, providenciem os competentes pareceres. Por determinação da Presidência é, por mim, João Menegatti, Primeiro-Secretário, lavrada a competente Ata, subscrita pelos componentes da Mesa. Sala das Sessões, em 13 de março de 1973.

Derci. PRESIDENTE: _____

1º SECRETARIO: _____

2º SECRETARIO: _____